

Duas Economias Singulares: Portugal e Espanha, uma Vizinhaça Contingente?

1. Introdução

Portugal e Espanha são duas economias com óbvias e profundas singularidades, que as distinguem em diversos domínios substantivos. Mas também é certo que partilham condições e características que convidam à comparação e sugerem até fortes parecências. Neste texto procura-se, em primeiro lugar, apontar alguns dos factores de semelhança, para, de seguida, nos determos no que mais parece diferenciar as duas realidades. Ambos os passos são tributários da tentativa de compreensão do próprio relacionamento intra-ibérico.

É bem sabido que a alteração radical do relacionamento económico e, porventura, social e institucional entre os dois países é um dos factos maiores das décadas recentes (Reis, 2009: 169), na sequência da integração comum nas comunidades europeias, em 1986. Por isso, interessa saber se esta nova circunstância, original na nossa contemporaneidade, pode ser melhor interpretada recorrendo à consideração dos elementos caracterizadores de cada uma das realidades ou se é um fenómeno redutível a um processo relacional semelhante a tantos outros⁽¹⁾, de alguma forma independente daqueles elementos.

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais.

⁽¹⁾ É comum que economias e sociedades com contiguidades geográficas tenham consolidado processos relacionais significativos. O que pode ser menos

O pressuposto que aqui se adopta é que a profundidade das mudanças no plano das relações económicas – que têm permitido falar-se de um processo de integração económica ibérica – justifica essa tentativa de compreensão mais profunda. Restará então saber se é a similitude (a proximidade identitária ou estrutural) que impulsionou o novo quadro relacional ou se é a dissemelhança, facilitada pela proximidade geográfica e pela pertença comum a um mesmo espaço de integração e de regulação institucional, que constitui o mais influente dos factores explicativos.

Embora seja este o objectivo do presente texto, não deixará de se ter em conta que qualquer economia nacional é uma singularidade histórica, geográfica, social e relacional e que a sua constituição em objecto de análise e a sua apropriação intelectual exige um exercício conceptual que o delimite analiticamente e lhe dê conteúdo, assim como pressupõe um método que permita captá-lo. Sendo certo que a reflexão metodológica não será aqui desenvolvida, não se quer, no entanto, deixar de anotar que a aproximação às características das duas economias assim como aos processos de relacionamento entre ambas é um trabalho teoricamente fundado, não podendo considerar-se uma simples observação, neutra e fácil, de realidades evidentes ou auto-explicadas. Além disso, o facto de o capitalismo ser marcado por uma significativa variedade justifica que, em vez de aproximações baseadas em tipos-ideias abstractos, se adopte uma perspectiva comparativa (cf., por exemplo, Hall e Soskice, 2001).

Por isso, o que vamos passar a designar “economia portuguesa” e “economia espanhola” é essencialmente a expressão da ideia de que uma economia nacional é um sistema de relações sociais através das quais se cria e distribui riqueza, isto é, bens e serviços que qualificam e capacitam as pessoas, com a correspondente geração e repartição de rendimentos. Uma economia tem, então, uma dimensão organizacional, que corresponde ao modo como estrutura o uso dos recursos de que dispõe; uma dimensão social e política, que diz respeito à maneira como envolve as pessoas e os poderes e como estabelece a relação entre a esfera pública e a privada; e uma dimensão relacional, que corresponde à forma como internaliza circunstâncias exteriores à sua própria delimitação enquanto realidade territorializada. Esse sistema de relações que uma economia é não se considera uma singularidade apenas porque,

habitual é a escassa relação económica entre Portugal e Espanha durante um longo período do século XX.

num determinado momento, ela se diferencia de outras com que a comparemos. Do mesmo modo, não será por razões circunstanciais ou ocasionais que tal diferenciação existe. É antes pelo facto de a sua própria trajectória ter um peso e um significado e porque assim se consolidaram internamente um conjunto de complementaridades que lhes conferem uma certa lógica. Como se vê, optamos por considerações que não se limitam a equiparar a economia às esferas do mercado ou a da produção e das trocas, independentemente das formas institucionais, sociais e políticas que a rodeiam.

Esta forma de encarar as coisas confere às realidades económicas um sentido não-determinista e dota-as de características que lhes deixam sempre em aberto as trajectórias que seguem, tanto no sentido da convergência com padrões comuns e processos hegemónicos quanto no sentido da variedade e da diversidade.

Portugal e a Espanha recriaram nos tempos recentes um relacionamento profundo e original. Vale a pena observar esse caminho olhando para dentro de cada uma das economias através das várias dimensões que as definem e caracterizam, mesmo que esse exercício seja sempre necessariamente limitado ao reduzir a análise ao conjunto das variáveis e dos indicadores de mais fácil acesso.

2. A semelhança dos diferentes

A geografia é, evidentemente, quem se encarrega do primeiro dos convites para olharmos os traços comuns de ambos aos países. Não é apenas a geografia como proximidade. É, sobretudo, o lugar, a posição, no sistema de relações à escala internacional. Pode, com proveito, falar-se de posicionamento geoeconómico. O que, aliás, remete de imediato para outros lugares – os lugares da história e das longas trajectórias – aludindo-se desse modo à construção do sistema-mundo (Wallerstein) de conotações braudelianas. Não será esse o registo que aqui se privilegiará, apesar de a ele se aludir.

Falar-se-á, então, da forma contemporânea de organização das economias. E, neste contexto, ao arrepio das ideias que privilegiam a homogeneização e simplificação, entende-se que estas duas economias, estes dois países, são singularmente exemplificativos da persistente complexidade da realidade mundial, pois eles carregam consigo a ideia

forte de que há lugares estruturalmente diversos nesse quadro (Jackson, e Deeg, 2006; Reis, 2009b). Podem ser vários os lugares identificados para situar Portugal e Espanha: Europa do Sul, espaço mediterrânico, quadro atlântico formado a partir de antigas relações coloniais. Os esforços para chegar a estas identificações têm sido muitos e têm dado origem a várias intuições relevantes. Uma delas é a que Fuà (1985) cunhou de forma original nos anos 80, procurando interpretar as características comuns de seis países de desenvolvimento tardio⁽²⁾ na Europa. Outra é certamente a que convencionou que as várias relações de escala mundial supõem a existência de uma posição semiperiférica, querendo com isso aludir-se a lugares e funções intermédias e de intermediação na economia-mundo.

Para Portugal e para a Espanha, o relevo dos respectivos papéis de intermediação é claro numa perspectiva histórica, começando no século XVI. Resta saber se isso ainda faz sentido hoje. Quer quando se encara a dramática realidade da União Europeia dos dias que correm, em que se revelou de forma inesperadamente clara que subsiste sempre um problema de relação com as periferias, que tanto se podem prestar a ser bandeira de projectos avançados e positivos (1986, quando ambos os países entraram numa comunidade que ainda tinha projecto e ideias, é um ano incontornável no seu simbolismo) como podem ser os lugares onde se decide quem está do lado da inclusão ou da exclusão, perante soluções estritas. De facto, o peso da solidariedade e dos objectivos partilhados tornou-se insuportável para alguns e a perspectiva de reduzir a Europa às nações mais ricas ou mais adaptadas aos modelos liberais tem poderosos incentivos.

No entanto, parece cada vez mais claro que, numa economia-mundo complexa e diferenciada, há sempre um lugar para economias intermédias, sendo este o termo simples para identificar o que é refractário a um esquema balizado por situações polares, como acontece quando se fala de centro e da periferia. Nesse caso, o primeiro patamar dos traços comuns de Portugal e Espanha está encontrado – são duas economias semi-periféricas a quem têm cabido papéis de intermediação em quadros multi-espaciais e a que correspondem características intermédias nos planos internos, isto é, na economia, na estrutura e organização sociais, nas instituições e na forma como projectam a sua evolução.

⁽²⁾ Espanha, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Turquia

História, pelo modo como configuraram a modernidade e como lidaram dificilmente com ela; geografia, pelo lugar que ocupam e como, pelas suas condições sócio-económicas intermédias, exemplificam as características não homogéneas da economia mundo, e instituições, pelo modo com estabelecem e desenvolvem os seus próprios projectos de acção – eis, por outro lado, os três primeiros elementos que podem dar conteúdo a um quadro de semelhanças ibéricas.

De facto, há matéria suficiente para compreendermos por que é que as duas economias ibéricas assentam numa materialidade económica e social que faz delas realidades intermédias no conjunto heterogéneo e até polarizado que é a União Europeia. Tal materialidade deve ser vista, aliás, como um dos fundamentos para o modo como se construiu o relacionamento económico entre elas, uma vez estabelecida a democracia e a abertura no quadro da integração europeia.

Portugal e a Espanha são países intermédios na União Europeia do ponto de vista da demografia, das políticas sociais, da inovação tecnológica e organizacional, da produtividade e do nível de riqueza produzido anualmente por habitante. O quadro seguinte mostra os indicadores respectivos e permite compará-los com os valores polares da União.

Quadro 1 - Indicadores da condição intermédia de Portugal e Espanha na União Europeia

	Portugal	Espanha	UE27*
Densidade demográfica	115	89	1300/17
População com mais de 65 anos (%)	15,7	16,6	10,9/20
Gastos com a educação (% no PIB)	5,3	4,3	8/3,4
População feminina no ensino superior (%)	54	54	63,9/49,7
Gastos com a saúde € per capita	1021	1502	3857/149
Gasto totais em protecção social (% no PIB)	24,8	21	30,5/11
Gastos em investigação e desenvolvimento (% no PIB)	1,27	1,18	3,6/0,5
Registo de patentes por gastos em I&D	125	110	260
População empregada a tempo parcial (%)	11,9	12	47,3/2,3
Idade média de saída do mercado de trabalho	62,6	62,6	58,7/63,8
PIB per capita (milhares de €)	15,7	23,9	80,5/4,5

* valores nacionais máximo e mínimo

Fonte: INE (2009)

O que se passa com a população, tanto em termos estritamente demográficos como na sua condição face à formação ou ao mercado do trabalho, o que se passa com as políticas de educação e de saúde ou com as variáveis mais económicas sintéticas deixa ver que o lugar ibérico numa União a 27 é um lugar intermédio.

Os indicadores mostram também que, apesar das diferenças das diferenças cuja intensidade já se discutirá, há um vasto campo de semelhança inter-ibéricas. Não é pela demografia, apesar das diferenças de densidade demográfica ilustrada, por exemplo, pelas imensas paisagens castelhanas sem povoamento, nem pela economia da inovação, nem pelas políticas sociais que os dois países e as duas economias se constituem em entidades contrastantes. Considerando o esforço relativo na educação, na saúde e na protecção social total, não parece, pois, haver um Estado social espanhol radicalmente diferente do português.

É certo, no entanto, que estamos perante dois níveis muito diferentes de criação de riqueza *per capita*, sendo o espanhol superior em mais de 50% ao português. Neste caso, o mesmo indicador tem um significado para apreciar o posicionamento conjunto no quadro europeu e um significado diferente quando comparamos os dois países.

3. A radical diferenciação do que parece semelhante?

No entanto, talvez haja mais motivos para pensar a diferenciação do que parece semelhante do que para insistir nas parecenças. Quando se trata de distinguir de Portugal e Espanha, o senso-comum encarregasse do primeiro esboço. Tamanho, traços culturais, composição interna, vínculos relacionais, são certamente pontos nodais do retrato.

De facto, há aspectos incontornáveis. Será um deles o da dimensão? Considerando as pessoas, a proporção é de 1 para 4. Considerando o volume absoluto de riqueza criada o *ratio* é de 1 para mais de 6. Portanto, *per capita*, a proporção é de 1 para 1.5, como já se disse. Faz sentido assumir esta forma de ver? Parece claro que sim, quando se considera a economia e o jogo das relações económicas.

O que é que significa o facto de a Espanha ser uma grande país europeu? De ser o quinto em população, apesar de se pouco mais de metade da Alemanha e de ser apenas o 13º em nível de riqueza? Noutros tempos, quando se estimava o dinamismo e a flexibilidade social dos

pequenos países, dir-se-ia que significava pouco. Em tempos de crise de reconstituição dos modelos e das relações económicas e políticas dir-se-á que pode significar muito.

Para além da dimensão e da riqueza, há outros indicadores sintéticos que evidenciam diferenças muito profundas. Escolhem-se três do quadro a seguinte: o saldo migratório, a taxa de desemprego e a taxa de actividade. Embora mereça atenção, por exemplo, o facto de a esperança de vida ainda se diferenciar significativamente e de a educação ter um peso maior em Portugal do que no seu vizinho.

Quadro 2 - Indicadores de diferenciação entre Portugal e Espanha

	Portugal	Espanha	UE27*
Esperança de vida à nascença	75,5	78,9	79,1/66,3
SalDOS migrat6rios	9	414	467/-54
Gastos da educa76o (% no PIB)	5,3	4,3	8/3,4
Taxa de desemprego (2008)	9,5	18	18/5,3***
Taxa de emprego	78,1	73,8	72,4 (m6dia)
Custo do trabalho mensal €	1676	2280	..
Empregados com ensino superior (%)	18	37	29 (m6dia)
Empregados com prim6rio e b6sico (%)	65	40	21 (m6dia)
Popula76o na agricultura (%)	11,5	4,3	28,8/1,4
Popula76o empregada nos servi76os (%)**	33,7	41,7	44,1/24
PIB per capita (milhares de €)	15,7	23,9	80,5/4,5
Exporta76es para a UE (%) do total	74	68	
Importa76es da UE (%) do total	74	57	

* valores nacionais m6ximo e m6nimo ** sem administra76o p6blica

Fonte: INE (2009) e Banco de Portugal (2009)

O que se passa com o mercado do trabalho e com os sistemas de emprego tem sido, recorrentemente, um dos mais analisados campos de compara76o das duas economias ib6ricas e do pr6prio processo de reestrutura76o econ6mica e social das tr6s 6ltimas d6cadas, isto 6, desde a reconvers6o democr6tica de ambas.

Os factos caracter6sticos s6o claros: uma taxa de desemprego bastante elevada em Espanha, quase sistematicamente acima dos 10% da popula76o activa e a atingir valores na proximidade dos 20% quando a instabilidade econ6mica e as crises s6o mais acentuadas. Portugal, por

sua vez, regista em regra taxas relativamente baixas, sendo os valores críticos os que se aproximam ou ultrapassam os 10% (como ocorre nos dias de hoje).

Só por si, este indicador sugere um role enorme de comentários acerca das respectivas estruturas industriais e das relações que as enquadram, assim como sobre a natureza das política económicas e de reestruturação produtiva seguidas em ambos os países. Pode, nomeadamente, apontar-se uma prioridade espanhola de opção pela reconversão das capacidades produtivas mais tradicionais ou menos competitivas, em nome de ganhos de inovação e de robustez económica. Já vimos, no entanto, que os indicadores de inovação, pelo menos os mais convencionais, não apontam nesse sentido. Mas é certo que o que já observámos em matéria de riqueza criada, de rendimentos e de modernização e de capacitação da economia sugerem aspectos diversos, quantitativa e qualitativamente favoráveis a Espanha. Em todo o caso, o preço das mutações mais rápidas seria uma forte convulsão do mercado do trabalho, com geração de níveis elevados de desemprego.

Já do lado português, uma maior estabilidade das lógicas de organização produtiva e a lentidão dos processos de reconversão teriam como consequência níveis de desemprego mais baixos e, eventualmente, desempenhos económicos em matéria de crescimento e desenvolvimento inferiores.

No entanto, um outro indicador, que também caracteriza o mercado do trabalho, distingue igualmente os dois países. Trata-se da taxa de emprego, que relaciona o número dos que trabalham (dos que estão inseridos no mercado do trabalho) com a população em idade activa. Esta taxa mostra-nos se, num dado país, há muita gente a trabalhar. Ora, este indicador tem sido sistematicamente mais elevado em Portugal do que em Espanha e ainda o é, mesmo agora que se aproximaram e que ambos são superiores à média da UE.

Estamos, portanto, perante a hipótese de que a estrutura e a evolução económica das últimas décadas nos dos países comportam diferentes relações com o emprego e com o trabalho. Provavelmente, o contexto português revela-se mais favorável à promoção e manutenção de relações laborais e à inserção das pessoas nos sistemas de emprego. Por essa razão, as taxas de desemprego têm sido sistematicamente entre nós e a proporção de pessoas que trabalham é maior. Se admitirmos que a inclusão pelo trabalho é, para além de uma relação económica, um

poderoso mecanismo de inclusão social, então pode concluir-se que é este que em Portugal é privilegiado, enquanto Espanha será outro, visto que não parece razoável pressupor que estamos perante dois países com níveis de coesão social substantivamente diferentes.

Faz, pois, sentido que se interpretem as questões anteriores numa acepção mais lata do que a simples caracterização do mercado de trabalho. E esse será o plano das instituições, isto é, das consolidações colectivas de formas de compreender, agir e organizar as interacções em sociedade, que a diferenciação também se produz.

É, porventura, num sentido convergente que esta hipótese que vai a análise de Fishman (2010), que se interrogou sobre as razões pelas quais os dois países registam níveis de desemprego e desempenhos do mercado do trabalho muito diferentes, constatando que Portugal apresenta um relativo sucesso na provisão de emprego enquanto Espanha denota falhas persistentes. A perspectiva que Fishman segue é a que consiste em analisar os dois processos de democratização e, nas suas diferenças, encontrar razões para explicar aqueles desempenhos.

A visão institucional da organização e da evolução das economias e das sociedades (Reis, 2009a) é enriquecedora porque não se limita a observar indicadores necessariamente parciais ou processos limitados e procura uma compreensão que articule domínios diversos, do económico ao político, do social ao cultural. Ora, é nesse campo que nos situamos quando observamos as relações laborais e os mercados de trabalho. É assim não apenas por este ser um campo social que carece de regulação mas também porque tem relação muito estreita com outros domínios – das políticas sociais às lógicas da concertação social, da política industrial e de crédito às empresas à estrutura social dos países, até às diferentes dimensões produtivas e organizativas.

É aqui, porventura que se encontram muitas das diferenças na organização do Estado com o Estado espanhol a assumir cada vez mais uma configuração quasi-federal e descentralizadora, privilegiando a regulação dos grandes problemas sociais e económicos, enquanto a feição unitarista e centralizadora do Estado português parece reforçar-se.

Como é sabido, as constituições estatais dos dois países resultam de múltiplas circunstâncias que não é preciso invocar aqui. Uma dessas circunstâncias plasma-se no próprio território, que assim reflecte a agregação histórica que o próprio país é, e trás consigo uma estrutura espacial muito própria. Para além da dimensão e da composição

heterogénea do território⁽³⁾, há um aspecto específico que merece ser sublinhado. Trata-se da diferente estrutura urbana. Enquanto em Portugal só é possível encontrar uma estrutura metropolitana de dimensão europeia, a da Lisboa, acompanhada por uma outra com escala demasiado pequena (a do Porto) e por algumas cidades médias, num contexto fortemente desequilibrado, o quadro territorial espanhol é marcado por um conjunto amplo de economias urbanas de grande dimensão metropolitana ou de arcaboço muito significativo.

Noutro âmbito, e finalmente, não deve deixar de se registar a muito menor dependência da economia espanhola, por comparação com a portuguesa, relativamente ao mercado protegido da União Europeia. Mesmo depois da evolução dos últimos anos, que alterou marginalmente essa dependência, tal mercado constitui 2/3 das nossas parcerias comerciais externas. Não é assim em Espanha (cf. quadro 2), que certamente usou o seu espaço histórico de relacionamento externo mais cedo e mais intensamente do que Portugal.

3. As relações Portugal/Espanha: a emergência de uma problemática económica ibérica

Nas décadas recentes, uma característica marcante da articulação da economia portuguesa com os mercados internacionais de bens e serviços foi o estreitamento da sua geografia relacional (Reis, 2009: 149). Estamos, porventura, a assistir agora a algum esbatimento desta imagem, pois, nos anos mais recentes, uma razoável diversificação dos mercados de destino das nossas exportações, de tal forma que os que não integram a União Europeia já atingirão hoje cerca de 25% do total, sendo este valor superior ao de uma década atrás. Mas o quadro estrutural não se altera com facilidade e a predominância europeia continua a ser esmagadora. Por isso, duas imagens claras exemplificam a realidade que se foi formando: em 1970, a estrutura do comércio externo de Portugal mostrava que os 15 países que constituíam a União Europeia no início de 2004 eram destino para apenas 52% das mercadorias exportadas

⁽³⁾ Portugal também pode ser visto como um país heterogéneo espacialmente mas, à nossa escala, a natureza e intensidade de tal característica é qualitativamente diferente.

por Portugal (65% em 1980). Hoje, eles representam cerca de 70%, tendo este valor já atingido a proximidade dos 80%. A Espanha, que recebia 1,6% das exportações portuguesas em 1970, 3,6% em 1980 e 10,8% no período 1986-1990, foi em 2008 o destino de 27,2% das mercadorias portuguesas enviadas para o exterior. Em suma, encarada a partir das trocas internacionais de mercadorias, a posição de Portugal na economia mundial é sobretudo um lugar na Europa e a posição de Portugal na Europa é sobretudo um lugar na economia ibérica.

Estes dados não são apenas aritmética do comércio externo português. Para além de evidenciarem uma geografia limitada, eles revelam que esse comércio resulta de uma forte realidade institucional, mais do que económica. É o quadro institucional da integração europeia que estrutura e determina em grande parte o relacionamento externo da economia portuguesa e que, evidentemente, determinou as alterações com Espanha. A importância crescente das relações infra-europeias baseadas na proximidade – criando uma espécie de integração sub-regional dentro da Europa – é também clara. Adicionalmente, revela-se a condição específica da vizinhança entre dois países que contemporaneamente nunca tinham sido parceiros económicos de relevo e que reinventaram a proximidade num contexto de integração num espaço institucional e político mais largo. Ou seja, a ideia abstracta de mercado (espaço geonómico, livre, universal e aterritorial) é aqui confrontada com os mecanismos das relações territoriais, das redes, da diminuição dos custos de transacção, da governação institucional.

A economia portuguesa é, pois, crescentemente a economia de um espaço intra-europeu e de um dos sistemas da macro-regulação europeia, neste caso o ibérico. Nos dias de hoje predomina um discurso sobre a globalização em que o mundo é visto como se fosse apenas a economia e a economia é vista como se fosse o mundo. Ora, a verdade é que encontramos com facilidade espaços protegido e institucionalmente construídos, sendo um bom exemplo a União Europeia no seu conjunto ou os sistemas que a constituem, do Báltico, ao Mediterrâneo, da Escandinávia à Europa Central e as economias do Leste.

No que diz respeito à inserção da economia em espaços exteriores, o grande facto novo que a adesão de Portugal às comunidades europeias, em 1986, trouxe foi a alteração radical do relacionamento com Espanha. Nessa altura, a geografia do comércio externo já estava assente na Europa – os outros continentes tinham gradualmente perdido significado.

Mas era de uma Europa transpirenaica que se tratava. E, mesmo assim, o nível de “europeização” do nosso comércio externo ainda cresceu de forma assinalável (como é particularmente notório na origem das importações).

Quadro 3 - Espanha e União Europeia: pesos no comércio externo português

	1980	1986	1995	1999	2008
Importações					
UE 15	48,6	61,9	75,1	78,1	71,7
Espanha	5,5	10,9	18,8	25,3	30,8
Exportações					
UE 15	65,3	75,1	81,2	83,2	71
Espanha	3,6	6,6	15,1	18,1	27,2

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Banco de Portugal

Hoje, a União Europeia tem um peso de cerca de 3/4 de todo o comércio internacional do país, quer na entrada quer na saída de mercadorias. Mas insiste-se que o facto mais relevante trazido pelo aprofundamento da integração real e formal na União Europeia é exactamente a importância assumida das relações económicas de proximidade, isto é, a iberização da nossa integração europeia.

Em 1980, por exemplo, a Espanha não representava mais do que 3,6% das nossas exportações e 5,5% das nossas importações. A partir de 1986, registou-se um rápido crescimento que coloca este país como o principal fornecedor (25% das importações portuguesas, em resultado da multiplicação do peso de Espanha na nossa quota de mercado de importações por um factor próximo de 5) e como um dos principais destinos das nossas exportações (18% do total, em resultado da multiplicação por um factor superior a 5). A taxa de cobertura das importações pelas exportações é hoje baixa e o défice comercial com a Espanha representa uma parte significativa do défice comercial total. Por detrás destes números há todas as dimensões (económicas, culturais, simbólicas, políticas) que consolidam lógicas de proximidade. E esta é, porventura, uma trajectória inesperada: ver a integração europeia trazer-nos a proximidade e a transnacionalização trazer-nos o território

de contiguidade não era, certamente, a mais óbvia das previsões há vinte anos atrás.

Quadro 4 - Investimento directo entre Portugal e Espanha

	1989	1990	1991	1992	1996	1997	1998	1999	2000
Espanha como origem*	11.7	14.1	12.1	8.0	45.4	20.7	15.7	-38.5	6.3
Espanha como destino**	20.3	21.9	47.0	52.5	9.4	15.4	9.8	-20.9	6.3

* Investimento directo espanhol/IDE total em Portugal (%)

** Investimento directo português em Espanha/Total do investimento português no exterior (%)

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

No que respeita ao investimento directo, é notório que a Espanha representou um destino significativo do esforço de aplicação de capitais no exterior por parte das empresas portuguesas ao longo da segunda metade da década de oitenta. Mas, no momento em que o investimento directo português no estrangeiro se tornou significativo, a partir de 1996, não é a Espanha, mas sim o Brasil o destino mais relevante. Contudo, neste mesmo período, a Espanha (juntamente com o Reino Unido e os Países Baixos) é inquestionavelmente um investidor principal.

4. Conclusão

As relações económicas entre Portugal e a Espanha tornaram-se nas três últimas décadas num tema relevante, pela importância que assumiram, e original, pelo modo com se alterou radicalmente o quadro relacional intra-ibérico. Os indicadores mais elementares, a que se podiam juntar outros mais difusos sobre as relações entre os povos, as instituições infranacionais, de sede territorial, local ou regional, ou o contacto cultural, mostram isso mesmo.

Pode, no entanto, discutir-se qual é a interpretação mais adequada para esta evolução. É porque são dois países com grandes similitudes ou com fortes diferenças? As similitudes existem e algumas delas ficaram aqui apontadas. Quando a observação é feita do exterior ou a partir duma macro-escala elas ganham, aliás, um sentido muito mais intenso. Daí a alusão às funções de intermediação no quadro da economia-mundo e

propensão quase irrecusável para, nesse âmbito, em que as polarizações são notórias, se lhe apontar uma natureza intermédia.

No entanto, a propensão para, apesar de tudo isto, se optar pelo significado mais profundo das dissemelhanças é grande e, neste texto, não se foge a ela. Realmente, mesmo quando a crise em que vivemos turva fortemente quadros que se julgavam consolidados e convida a revisões, não é com facilidade que se esquecem questões de dimensão económica, de configuração da forma do Estado e da modernização da sociedade, de profunda modificação estrutural da economia, de urbanização intensa e estruturação territorial sólida. E, com isto, acabaram de se enunciar alguns aspectos que diferenciam positivamente Espanha de Portugal. Mas isso bastará? Não se devem igualmente valorizar as capacidades específicas de uma pequena economia, designadamente as suas formas de flexibilidade social, ou a maior possibilidade de um desenvolvimento moderno da capital gerar efeitos sinérgicos fáceis sobre o conjunto do território? Porventura. Mas não parece fácil afastar a hipótese de que foi uma circunstância exterior – a dinâmica de um espaço europeu em integração intensa – que animou as debilidades portuguesas e que foi esse contexto que fez convergir as duas economias, com um benefício diferencial para a maior e a mais estruturada.

No passado recente parece pois ter sido a circunstância europeia que tornou estes vizinho vizinhos económicos. Vizinhos, portanto, contingentes, apesar do que a geografia e certamente a história sempre determinaram. E no futuro? É ainda a circunstância europeia que vai mediar estas relações de vizinhança? Numa Europa capaz, inovadora dos pontos de vista social, político e institucional certamente que sim. Numa Europa que negue o seu projecto e regresse a cisões fortes em matéria de solidariedade e de co-desenvolvimento são menos claras as hipóteses em aberto. Solidariedade das periferias e cinzelar laborioso de trajetórias cúmplices? Ou, inversamente, tentativas de valorização individual, em proveito próprio, das pequenas parcelas de capital de que cada um disponha?

Bibliografia

- BANCO DE PORTUGAL, (2009), *Relatório Anual*.
- FISHMAN, Robert M. (2010), "Rethinking the Iberian Transformations: How Democratization Scenarios Shaped Labor Market Outcomes", *Studies in Comparative International Development*, vol. 45 (3).
- FUÀ, Giorgio (1985), *Problemi dello Sviluppo Tardivo in Europa: Rapporto su sei paesi appartenenti all'OCSE*, Bolonha, Il Mulino.
- HAALL, Peter; SOSKICE, David (2001), *Varieties of Capitalism. The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford, Oxford University Press.
- INE (2009), *A Península Ibérica em Números*.
- JACKSON, Gregory; DEEG, Richard (2006), "How Many Varieties of Capitalism? Comparing the Comparative Institutional Analyses of Capitalist Diversity", Max Plank Institute for the Study of Societies, Discussion Paper 06/02.
- REIS, José (2009a), *Ensaio de Economia Impura*, Coimbra, Almedina/CES (2ª ed.).
- REIS, José (2009b), "Os caminhos estreitos da economia portuguesa: Trabalho, produção, empresas e mercados", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 85, pp. 5-21.

